

PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E INTELECTUAIS SOBRE MULHERES E FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS

Mulheres, política e ditadura no Brasil: uma revisão bibliográfica da historiografia (1990-2024)

Women, Politics, and Dictatorship in Brazil: Historiography and Academic Production (1990-2024)

Juliana Marques do Nascimento

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

RESUMO: Este artigo traça um panorama historiográfico sobre os estudos acadêmicos acerca da militância feminina de esquerda durante a ditadura civil-militar brasileira, entre 1990 e 2024. A partir da análise de dissertações, teses e artigos, observa-se como o campo evoluiu de uma fase inicial de recuperação da memória e visibilidade das militantes nos anos 1990 e na primeira metade da década seguinte, para abordagens mais complexas, que consolidaram o gênero como categoria analítica a partir da segunda metade dos 2000. A década de 2010 foi marcada pelo crescimento exponencial das pesquisas, impulsionado pelo contexto político e pelas disputas sobre a memória da ditadura. Já nos anos 2020, verifica-se um aprofundamento nos estudos sobre violência política e de gênero, com maior uso de fontes oficiais e foco em interseccionalidade. O texto também discute a repetição de metodologias e a possível influência do cenário político e social na produção historiográfica, destacando desafios e perspectivas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar; militância feminina; esquerdas; gênero; história e memória.

*E-mail: juliana.mar08@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2851-1289>

ABSTRACT: *This paper outlines a historiographical overview of academic studies on leftist female militancy during the Brazilian civil-military dictatorship, from 1990 to 2024. Based on the analysis of dissertations, theses, and articles, it observes how the field evolved from an initial phase of memory recovery and visibility of female militants in the 1990s and the first half of the following decade to more complex approaches that established gender as an analytical category from the late 2000s onward. The 2010s were marked by an exponential growth in research, driven by the political context and disputes over the memory of the dictatorship. In the 2020s, studies on political and gender-based violence have deepened, with greater use of official sources and a focus on intersectionality. The text also discusses the recurrence of methodologies and the potential influence of the political and social context on historiographical production, highlighting challenges and future perspectives.*

KEYWORDS: *civil-military dictatorship; female militancy; left-wing; gender; history and memory.*

Em 1999, no XX Simpósio Nacional de História, organizado pela Associação Nacional de História (ANPUH) em Florianópolis, Ruth Ribeiro de Lima apresentou uma comunicação intitulada “Mulher x luta armada: um tema à procura de pesquisadores”. O trabalho integrou a mesa “Sob o signo da revolução: a esquerda armada no Brasil – anos 60 e 70”, coordenada por Hilda Pívaro Stadniky. No resumo submetido, Lima (1999, p. 479) – que era professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – afirmou que seu objetivo era “chamar a atenção dos pesquisadores sobre a premência na investigação sobre a participação da mulher na resistência armada ao regime brasileiro”.

Da década de 1990 até os dias atuais, pode-se dizer que os pesquisadores definitivamente viraram seus olhares para a militância feminina durante a ditadura: os trabalhos sobre mulheres e atuação política se multiplicaram e complexificaram, variando espacial, temporal e tematicamente, indo além da luta armada, sobretudo a partir do século XXI – contudo, com prevalência inegável de estudos sobre as mulheres nas esquerdas.

Este artigo busca traçar uma história da historiografia – e de produções das Ciências Humanas, em geral – sobre o engajamento político feminino de esquerda durante a ditadura. Serão recuperados, em ordem cronológica, trabalhos que se dedicaram a compreender esse ativismo sob diferentes perspectivas – sem, todavia, possuir a pretensão de abarcar a totalidade de estudos sobre os temas.

Por considerar que os estudos sobre feminismo e imprensa feminista durante a ditadura são complexos e múltiplos a ponto de constituírem um outro campo historiográfico – que, sem dúvida, está intrinsecamente relacionado com o engajamento político de mulheres durante o período –, estes trabalhos não serão aqui analisados. Livros de memórias, biografias e autobiografias não serão considerados, por se distanciarem do escopo científico, exceto em casos pontuais em que sua mobilização pela literatura especializada justifique sua inclusão.

Para compreender as escolhas dos pesquisadores e historicizar a própria historiografia e a produção de conhecimento – e por se tratar de estudos que têm a ditadura como, ao mesmo tempo, cenário e agente –, proponho analisar como determinados períodos afetaram a produção acadêmica sobre o engajamento político feminino, seja estimulando a priorização de certos temas em detrimento de outros, influenciando na utilização de métodos e conceitos, etc. Isso porque “tanto processos sociais quanto mudanças nas conceitualizações das ciências sociais [na América Latina] não se desenvolvem de maneira isolada e autocentrada, mas ocorrem no marco de – e em relação recíproca com – processos acadêmicos e políticos de escala mundial” (Jelin, 2017, p. 53).

Ressalta-se que outros trabalhos nesse sentido foram feitos, mas nenhum da forma como aqui se propõe. Ary Cavalcanti Jr. (2018) publicou um artigo no qual objetivou fazer um levantamento de publicações cujo tema principal fosse a resistência feminina à ditadura, considerando obras de

memória, biográficas e autobiográficas, acadêmicas e literárias. Já Vinícius Masseroni (2020), que em sua dissertação de mestrado teve como objetivo mapear a historiografia sobre a luta armada, não tratou especificamente de trabalhos cujo tema fosse a mobilização feminina, apesar de ter citado alguns dos textos aqui mencionados. O autor organizou as produções com base nas organizações analisadas, sem criar uma categoria específica para pesquisas que abordassem a militância de mulheres em mais de um grupo.¹

Dessa forma, trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, na esperança de se constituir em uma espécie de guia analítico para pesquisadores que se interessem pelo tema e, ao mesmo tempo, fornecer um panorama das tendências historiográficas do campo.

Década de 1990: o engajamento feminino ganha o interesse da academia

No segundo semestre de 1990, o sociólogo Marcelo Ridenti publicou o artigo “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo” – obra extraída de uma subseção de sua tese de doutorado, “O fantasma da revolução brasileira”, defendida no ano anterior na própria USP e publicada em livro em 1993. Ridenti (1990) teve como principal objetivo, a partir de dados quantitativos obtidos nos processos da Justiça Militar disponibilizados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), examinar as experiências das mulheres que atuaram na oposição à ditadura civil-militar, ou seja, nas *esquerdas*.

Ridenti (1990, p. 114) observa um número inferior de mulheres processadas, em comparação à participação masculina, sendo sua atuação mais significativa nos grupos armados urbanos. Através da análise dos processos, ele aponta que o número de mulheres envolvidas era relativamente menor, quando confrontado com a proporção feminina na população brasileira total (Ridenti, 1990, p. 115).

Após interpretar os dados e complementá-los com relatos em obras autobiográficas e testemunhos orais, o sociólogo destaca a posição de subordinação feminina nas organizações, nas quais enfrentavam machismo internalizado. Contudo, Ridenti (1990, p. 121) considera que o engajamento feminino questionou papéis tradicionais associados a homens e mulheres, ainda que de maneira tímida, além de outros aspectos tidos como conservadores, como a monogamia. Apesar disso, afirma que tais elementos não são suficientes para caracterizar a militância como marcadamente feminista – uma vez que a maior parte dessas mulheres conheceu o feminismo apenas posteriormente, nas experiências no exílio.

Apenas quatro anos mais tarde, foi defendido, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o primeiro trabalho historiográfico dedicado integralmente à atuação política feminina nas esquerdas durante a ditadura: “‘Choram Marias e Clarices’: uma questão de gênero no regime militar brasileiro”, dissertação de mestrado de Ana Maria Colling. Em 1997, o trabalho foi publicado em livro, sob o título *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* (Colling, 1997). A pesquisa foi também a pioneira no tema a utilizar gênero como categoria de análise (Perrot, 1988; Scott, 1995; Saffioti, 1992 *apud* Colling, 1997) e a examinar, além de fontes orais produzidas pela própria autora em conjunto com seus entrevistados (anonimizados), documentos recém-liberados dos arquivos da repressão (Cavalcanti Jr., 2021).

O principal objetivo da autora foi compreender a “construção do sujeito ‘mulher subversiva’” durante a ditadura, não só entre os agentes do regime e para a repressão em geral, mas perante seus companheiros de organização e a sociedade brasileira como um todo. No caso das organizações, Colling conclui que, no cotidiano da atividade política, as relações de dominação entre homens e mulheres, existentes na sociedade da época, não eram facilmente superadas: “se as mulheres faziam um esforço desmedido para serem vistas pelos companheiros de partido como militantes – e não como militantes mulheres – para serem tratadas com igualdade, seus companheiros as olhavam como mulheres”

(Colling, 1997, p. 71). A historiadora também afirma, a partir da análise das fontes, que os homens se viam como mais fortes do que as mulheres, o que tornava as organizações “espaços fundamentalmente masculinos” (Colling, 1997, p. 75).

Analisando o ponto de vista da repressão, Colling (1997, p. 80) chega à conclusão que as mulheres que ousaram aderir à oposição eram vistas como duplamente desviantes: “o homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino”. Para explicar essas transgressões, a pesquisadora afirma que foram criados dois estereótipos pelos agentes: o da “puta comunista”, sujeito degenerado, que atuava politicamente por estar *em busca de* homens; e o da “mulher-macho”, aquela que queria *ser* um homem. Por fim, Ana Maria Colling (1997, p. 95) encerra sua argumentação apontando que tanto a repressão quanto as organizações de esquerda e a sociedade em geral tentam desconstruir o sujeito político feminino, “apresentando a mulher militante como um sujeito desviante e não-político”.

Em 1996, Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira defendeu sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, “Mulheres, militância e memória”, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicada como livro no mesmo ano. O trabalho tem como principal objetivo reconstituir a trajetória de 13 mulheres militantes anonimizadas “a partir de sua entrada na militância e na clandestinidade até os dias de hoje, passando pelo momento da prisão, pelo da tortura e pela vida carcerária”, utilizando-se de fontes orais (Ferreira, 1996, p. 1). Assim como Colling (1997), Ferreira utiliza o conceito de gênero, adicionando a perspectiva de dominação masculina universal proposta por Pierre Bourdieu (1990 *apud* Ferreira, 1996). Ademais, as categorias memória social e memórias subterrâneas e hegemônicas (Halbwachs, 1968, Pollak, 1989 e 1992 *apud* Ferreira, 1996) também balizam o estudo.

Dialogando com o trabalho de Ridenti (1990), mas sobretudo com os de Ferreira (1996) e Colling (1997), o pesquisador Marco Aurélio Garcia (1997) publicou o artigo “O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política”. Nele, Garcia chama a atenção para a necessidade de construir uma outra história da ação política, que leve em consideração a subjetividade, tirando “as mulheres do *gueto* historiográfico”.

Garcia observa a utilização da história oral em ambas as pesquisas e – apesar de chamar atenção para acervos da repressão que, em sua perspectiva, haviam sido pouco explorados – aponta que essa metodologia é fundamental para dar voz às experiências individuais, sem negligenciar as emoções e dilemas pessoais vividos (Garcia, 1997, p. 334). O autor defende, ainda, que a história das mulheres seja uma perspectiva adotada por toda a historiografia política, provocando uma mudança no “olhar histórico, discutindo as questões de gênero no mundo da militância e, por essa via, rearticulando público e privado” (Garcia, 1997, p. 341-342).²

À primeira vista, o impacto gerado pela tradução de textos de teóricas feministas estrangeiras, como Joan Scott e Michelle Perrot, e o aprofundamento no campo da história das mulheres nacional e internacional parece ter sido fundamental para o início dos estudos sobre o engajamento feminino durante a ditadura. Aliado a isso, pode-se considerar a influência de elementos além dos muros universitários: a repercussão do lançamento do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, de 1985; as narrativas memoriais hegemônicas sobre a ditadura; e a recente entrada do Estado como produtor de políticas de memória, com a Lei nº 9.140/1995, conhecida como a Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil.

Conforme afirma Marcos Napolitano (2015, p. 24), a publicação do livro *Brasil: nunca mais* se constituiu como um “marco central na produção de uma memória do terror de Estado, e na sistematização do sentido histórico contido no embate entre os grupos de oposição ilegais ou clandestinos e as forças de segurança”. Os discursos memoriais dominantes, forjados durante o processo de transição à

democracia no final da década de 1970, apresentavam o regime ditatorial como autoritário e opressor para a sociedade brasileira como um todo, elegendo as esquerdas, armadas ou não, como um importante foco de *resistência*. A partir da década de 1990, esse processo foi aprofundado com a promulgação das chamadas leis de memória, que visavam o reconhecimento e a reparação das vítimas da repressão, sobretudo por meio de indenizações financeiras. Nesse cenário, a predominância do uso de fontes orais nos estudos sobre a militância feminina não apenas reflete a dificuldade de acesso a outros tipos documentais do período, mas também indica a valorização do testemunho em primeira pessoa e do relato de experiências individuais, características da chamada *guinada subjetiva*. Como destaca Beatriz Sarlo (2007, p. 17), esse movimento restitui a confiança “nessa primeira pessoa que narra sua vida para conservar uma lembrança ou reparar uma identidade machucada”.³

Reconhece-se, nos estudos acima mencionados, o desejo de dar visibilidade tanto às mulheres *vítimas* do regime quanto às suas vivências *individuais*: Ridenti (1990), para obter números quanto ao engajamento feminino, recorreu àquelas que foram processadas pela Justiça Militar; Colling (1997) e Ferreira (1996) se debruçaram sobre as consequências da repressão política em suas vidas.

Entretanto, a adoção da perspectiva de gênero permitiu a problematização mais ampla da experiência feminina, especialmente em Colling (1997), que inclui em sua análise as dinâmicas de gênero dentro das próprias organizações. Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais complexa do sujeito “mulher militante”, tornando sua pesquisa uma referência central nos estudos sobre o tema, como se verá adiante.

Década de 2000: gênero como categoria de análise em foco

Mantendo o diálogo com os elementos discutidos na década anterior, como a valorização da “resistência” e da “vítima”, em 2005, Olívia Rangel Joffily defendeu sua tese de doutorado em Ciências Sociais, “Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), publicado como livro em 2016. Ressalta-se que Joffily atuou politicamente nas esquerdas durante a ditadura, tópico tratado em suas considerações metodológicas: “ao tentar entender as formas de participação feminina nesta resistência faço, ao mesmo tempo, o esforço metodológico de me distanciar do objeto para ser aquela que realiza a pesquisa” (Joffily, 2005, p. 13). Partindo da premissa de que eram escassas as pesquisas que tratavam do engajamento de mulheres, o objetivo da autora foi “discernir as múltiplas formas de participação feminina na resistência à ditadura” e “expor justamente a riqueza dessas experiências, os labirintos dos pensamentos e emoções que levaram mulheres às ações, inclusive de guerrilhas” (Joffily, 2008, p. 48).

O estudo baseia-se principalmente em fontes orais, livros de memória e entrevistas, adotando a análise de relatos de vida e o conceito de gênero como eixo central. Joffily inova ao não utilizar pseudônimos para as personagens, sendo o primeiro trabalho acadêmico sobre mulheres das esquerdas a adotar essa abordagem. Sua principal contribuição é a aplicação do conceito de violência de gênero, segundo Heleith Saffioti, para interpretar a repressão contra as presas políticas, destacando que elas sofreram torturas específicas por serem mulheres, como “serviço sexual, estupro e outros abusos” e enfrentaram uma “dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero” (Joffily, 2005, p. 124). Evidencia-se o uso da maternidade como forma de violência, sendo esta transformada em “sinal de baixeza, motivo de desprezo” (Joffily, 2005, p. 128).

A partir dos primeiros anos da década de 2000, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) passou a se constituir como importante polo de desenvolvimento de estudos sobre o engajamento político de mulheres de esquerda nas ditaduras do Cone Sul. Em 2005, a historiadora Cristina Scheibe Wolff, professora da UFSC, publicou o primeiro artigo decorrente de pós-doutorado realizado na Université de Rennes II, na França,

“*Le genre de la résistance: représentations de genre dans la lutte armée contre la dictature militaire au Brésil – 1968-1973*”.⁴ Nele, a autora, embora reconheça a importância dos trabalhos anteriores de incluírem as mulheres na história sobre as esquerdas, objetiva “mostrar como as relações de gênero estruturam as atitudes dos guerrilheiros e das guerrilheiras que, aparentemente, teriam sido inspirados apenas por sua ideologia política”.⁵

As principais fontes utilizadas são os livros de memórias e testemunhos, mas também escritos e imagens da época feitos pelas próprias organizações. A historiadora conclui que qualidades tradicionalmente associadas à masculinidade, como coragem e virilidade, eram valorizadas nas organizações guerrilheiras, e que as mulheres muitas vezes precisavam se adequar a esses padrões para serem aceitas, além de observar que as mulheres frequentemente eram designadas para tarefas consideradas “secundárias”, como inteligência e apoio logístico. Wolff (2005) enxerga como motivo para isso a influência de referências externas, como a imagem do guerrilheiro “cowboy” e a de Che Guevara, que serviram de modelos de masculinidade heroica.

Esse artigo inaugura uma longa trajetória da autora, por vezes em conjunto com outros pesquisadores, nos estudos sobre gênero durante a ditadura, ampliando o escopo internacionalmente para os países do Cone Sul – na maior parte das vezes, de forma comparativa com o caso brasileiro. Em 2007, por exemplo, Wolff publicou o artigo *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. Em diálogo com os trabalhos de Joana Maria Pedro, também integrante do LEGH, seu objetivo foi “discutir as interfaces entre o feminismo de segunda onda e as configurações de gênero na guerrilha urbana durante o regime de ditadura militar, através de uma perspectiva comparativa, entre Brasil, Argentina e Uruguai” (Wolff, 2007, p. 19). A autora aponta que, embora o feminismo não fosse uma demanda dos movimentos de luta armada, “é certo que não se pode pensar esses dois acontecimentos como totalmente isolados um do outro” (Wolff, 2007, p. 22), sobretudo por se tratar das organizações que mais possuíam mulheres entre seus militantes, quando comparadas com os partidos comunistas tradicionais. Com perspectiva ampliada para além de somente o contexto brasileiro, a historiadora conclui que “a militância nesses grupos era vista como algo ‘viril’, que exigia coragem e determinação, desprendimento e espírito de sacrifício, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas” (Wolff, 2007, p. 23).

Como forma de alcançarem posição de igualdade perante os companheiros homens, Wolff identificou algumas características em comum assumidas pelas mulheres: grande parte delas, ao ingressarem nos grupos, terminavam por compor casais, quando não entravam já na posição de cônjuges.⁶ Ademais, seguindo os pressupostos de Judith Butler (2003 *apud* Wolff, 2007), Wolff (2007, p. 33-34), aponta que a guerrilheira, para ser aceita como “companheira”, perdia seu gênero: “as mulheres teriam de se apropriar de atributos do gênero masculino para se tornarem verdadeiras revolucionárias”. A historiadora afirma que essa participação política já representou um sinal de mudança importante: “não é à toa que tenham sentido tantas vezes a discriminação, construindo pouco a pouco um ressentimento com relação a seus companheiros que foi crescendo e assumindo importante papel na construção do feminismo pós-ditadura” (Wolff, 2007, p. 35).

Dois anos mais tarde, a historiadora aprofundou mais sua análise no artigo “Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985)”, no qual examina as trajetórias de mulheres militantes nos movimentos de guerrilha de países do Cone Sul. No texto, além dos pontos acima trabalhados, a autora chama atenção para o fato de as entrevistadas relatarem que não se sentiam discriminadas, ao menos no início de sua militância. Em alguns casos, essa impressão persiste até o momento da entrevista: “esse discurso (...) é mais forte em mulheres que, em suas trajetórias, não integraram movimentos feministas e continuam militantes de esquerda”. Wolff (2009, p. 126) diferencia memória e história, afirmando que “é fato que havia diferenças entre homens e mulheres. Essas diferenças, muitas vezes, eram simplesmente estabelecidas pela própria sociedade em que as pessoas estavam inseridas”.

O artigo se encerra com a historiadora reconhecendo a necessidade de serem estudadas as particularidades desses movimentos em cada país, sobretudo para identificar como cada contexto específico pode ter influenciado as trajetórias das militantes.

Também tratando das relações entre luta armada e feminismo, em 2007 foi defendida, na Universidade Federal Fluminense (UFF), a dissertação de mestrado de Natália de Souza Bastos (2007), “Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda (Brasil, anos 1960-1980)”. O trabalho teve como objetivo investigar a trajetória política de mulheres que transitaram da esquerda revolucionária para o movimento feminista. Com conclusões semelhantes às de Wolff (2007) – embora não a tenha como referência em seu trabalho –, Bastos aponta que, com a derrota da esquerda revolucionária no Brasil e a ida de muitos quadros para o exílio, temas antes tidos como secundários ou “pequeno burgueses” puderam ser explorados – incluindo-se a problematização das relações de gênero.

Tendo como mote principal a análise de memórias, em 2009, Ana Rita Fonteles Duarte, vinculada ao LEGH-UFSC, defendeu sua tese de doutorado, intitulada “Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)”. O objetivo do trabalho foi examinar como as mulheres envolvidas no processo de anistia no Ceará “reconstroem, no presente, sua ação política e como elaboram as subjetividades, a partir da experiência em análise mediada pela questão de gênero” (Duarte, 2009, p. 18). Além disso, a autora analisou as disputas de memória dentro do MFPA, relacionando-as à ação política do grupo. Para isso, explorou as complexas relações entre memória, gênero e política, considerando as diferentes perspectivas e experiências das mulheres que integraram o movimento.

Duarte conclui que o MFPA teve um papel relevante na luta pela anistia, adotando uma abordagem conciliatória e apartidária, associada a valores como liberdade e justiça. As mulheres do movimento usaram estratégias baseadas em “jogos de gênero” (Capdevila, 2001 *apud* Duarte, 2009), opondo-se à ditadura com uma imagem feminina legitimada pelo regime: defensoras do lar e da família, guiadas pelo amor e avessas a conflitos. Esse engajamento trouxe mudanças subjetivas, ampliando suas habilidades políticas e envolvimento em outras causas. Contudo, de acordo com a pesquisadora, a memória da ditadura no Ceará privilegia figuras masculinas, enquanto a atuação das mulheres do MFPA é lembrada sob estereótipos femininos como “solidariedade” e “sensibilidade” (Duarte, 2009).

Ainda no mesmo ano, Danielle Tega (2009) defendeu “Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina”, sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). O objetivo foi analisar como a militância feminina durante a ditadura foi retratada em filmes produzidos depois da promulgação da Lei de Anistia, sendo eles: *Que bom te ver viva* (1989) e *O que é isso, companheiro?* (1997).

Mobilizando referências dos estudos de memória e gênero, a autora conclui que, enquanto o último filme (e outros do seu gênero, chamado policial-político) ratifica os estereótipos de gênero, o primeiro tem sucesso ao retratar mulheres como sujeito político, dando visibilidade às suas trajetórias na resistência. Entretanto, Tega aponta que o documentário de Lúcia Murat apresenta dificuldade em encontrar uma saída emancipatória para o futuro, refletindo o refluxo das utopias revolucionárias em seu momento de produção.

Nos estudos da década de 2000, além da continuidade da valorização da experiência individual observada em Joffily (2005), nota-se a influência da historiografia sobre a memória da ditadura. A efeméride dos 40 anos do Golpe foi marcada por debates conceituais relevantes para a produção acadêmica sobre o período, especialmente em torno da noção de *resistência*: enquanto alguns historiadores argumentavam que o termo obscurecia o caráter ofensivo e socialista da luta das esquerdas revolucionárias, outros criticavam o uso da expressão apenas quando aliada ao termo *democrática*, defendendo a necessidade de preservar a visibilidade dos projetos revolucionários (Reis; Ridenti; Motta, 2004).

Embora os estudos de Wolff dialoguem diretamente com pesquisas anteriores sobre engajamento feminino, especialmente Colling (1997), eles também convergem com essas discussões mais “gerais” ao analisar os próprios discursos revolucionários, as fontes das organizações e suas referências socialistas, ampliando o escopo para além das fontes orais. Seus contatos durante a estância pós-doutoral na França, em particular com Luc Capdevila, impulsionaram avanços teórico-metodológicos, como a incorporação do conceito de “jogos de gênero”, essencial para a pesquisa de Duarte (2009) e para estudos das décadas seguintes.

Os trabalhos da primeira década do século demonstram diálogo com os estudos críticos sobre memórias, biografias e autobiografias, tanto da historiografia nacional – como Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg e Rachel Soihet –, quanto internacional – como Alejandra Oberti, Alessandro Portelli, Beatriz Sarlo, Elizabeth Jelin e Michael Pollak. Estes estudos, ainda que não descartassem os relatos em primeira pessoa como importantes fontes históricas, defendiam que seu exame levasse em consideração as relações entre memória, presente, silêncios e esquecimento, numa tentativa de superar seu caráter de verdade absoluta.

Década de 2010: uma ex-guerrilheira na presidência e o crescimento exponencial dos estudos

A década de 2010 foi aberta com o lançamento do livro *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Wolff (2010) como resultado do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul realizado no ano anterior na UFSC.⁷ A obra conta com capítulos variados sobre as experiências políticas de mulheres em países do Cone Sul, além de quatro depoimentos de ex-militantes. Dos textos acadêmicos que tratam de vivências no Brasil, a maior parte é de autoria de pesquisadoras cujas obras já foram citadas, com exceção do capítulo “Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia”, de Margareth Rago (2010). Nele, a historiadora analisa a trajetória de uma das poucas sobreviventes do conflito, destacando como o fato de ser mulher influenciava sua experiência na clandestinidade, prisão e tortura. Questões de identidade, a maternidade e o amor na vida clandestina são abordados à luz de sua experiência pessoal e das condutas de seu partido perante as subjetividades de seus militantes.

Em 2011, a pesquisadora Maria Cláudia Ribeiro (2011) defendeu sua tese de doutorado, “Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN”, na USP. Trata-se do primeiro trabalho sobre as esquerdas que se concentrou na análise da atuação feminina em uma organização específica, a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo revolucionário armado formado a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sob a liderança de Carlos Marighella. Alguns anos mais tarde, a obra foi publicada, com uma versão ampliada, como livro (Ribeiro, 2018). A despeito da análise da trajetória de militantes que participaram de ações e apoio logístico, o foco principal da tese foi “recuperar as redes de solidariedade formadas por mulheres que mantiveram ou não vínculos orgânicos com a ALN” (Ribeiro, 2011, p. 17). A autora parte também do pressuposto de que “a liberação da mulher estava em crescente processo nos anos do regime militar e que a incorporação dessas mulheres à luta armada só foi possível graças a esse espírito” (Ribeiro, 2011, p. 28) – em caminho de certa forma oposto à historiografia anterior.

Ribeiro tece críticas à historiografia sobre o tema que, em sua perspectiva, tem se concentrado na “marginalização feminina nos grupos armados, a necessidade da ‘dessexualização’ da militante e a manutenção de uma assimetria entre o papel de homens e mulheres na participação política”. Seu trabalho, no entanto, pretendeu mostrar “como as mulheres se movimentaram por trás da chamada ‘invisibilidade de gênero’, utilizando-a no confronto político mais como uma vantagem e uma forma de empoderamento, do que como uma marca do controle do masculino sobre o feminino”.

De acordo com ela, as mulheres atuaram como grandes protagonistas nas chamadas “redes de ajuda clandestina” (Ribeiro, 2018, p. 20-21).

A partir de fontes orais, a autora conclui que, embora não tenham ocupado posições de liderança na ALN e atuassem mais no apoio ao grupo, “as combatentes partilhavam dos mesmos direitos, das responsabilidades e dos riscos dos homens e as atividades geralmente eram distribuídas em função das aptidões de cada uma e não em função do sexo e/ou questões de gênero” (Ribeiro, 2011, p. 27). Dessa forma, uma das teses centrais apresentadas é a de que a ALN promoveu um espaço de liberação feminina, graças à sua configuração supostamente menos militarizada do que outras organizações, “aliada à presença marcante da figura de Carlos Marighella” –, nesse ponto, a autora reproduz falas de suas entrevistadas, dentre as quais a de Tania Fayal, que afirmou que “Marighella foi um homem que tinha uma cabeça de mulher” (Ribeiro, 2011, p. 340-341).

No mesmo ano, a ALN foi objeto de outra produção. “A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP” foi um artigo de autoria da historiadora Lilian Back. Com a análise comparativa das duas organizações explicitadas no título, a autora pretende compreender como as mulheres eram vistas dentro dos círculos militantes. Através do estudo de entrevistas, documentos escritos dos grupos e livros de memória, a autora defende que, apesar de a “divisão sexual do trabalho” militante não ter sido uma regra explicitamente estabelecida, o fato de que poucas mulheres ascenderam a posições de comando revela a “valorização das virtudes ditas masculinas e a permanências de atitudes e pensamentos machistas dentro desses círculos de organização da ação político-militar” (Back, 2011, p. 13). De acordo com ela, não se pode desconsiderar que os militantes “estavam imersos em uma sociedade profundamente marcada pelo machismo” (Back, 2011, p. 16).

Especificamente sobre a ALN, analisando o *Mini manual do guerrilheiro urbano*, de autoria de Marighella, Back observa que houve uma preocupação, ainda que em poucos trechos, de dar visibilidade e incentivar a participação das mulheres. Apesar disso, a militância individualizada, estimulada no grupo, teria impedido a formulação de direcionamentos antimachistas (Back, 2011, p. 24).

Em 2012, a historiadora Marta Rovai defendeu sua tese de doutorado, “Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino”, na USP, cujo objetivo era analisar as memórias de homens e mulheres sobre a greve de Osasco (SP), em 1968, examinando suas construções e eventuais disputas. Um tópico importante para a autora é a participação feminina na greve e na resistência à ditadura como um todo. A principal ferramenta metodológica é a história oral, uma vez que Rovai alcança seus resultados a partir do exame de fontes orais produzidas por ela em conjunto com seus entrevistados. Foram consideradas também memórias escritas: depoimentos em delegacias, relatos para jornais e textos autobiográficos.

Para a pesquisadora, é importante dar visibilidade à atuação feminina em torno da greve, invisibilizada da historiografia: “de forma voluntária ou pressionada, politizada ou afetiva – ou tudo ao mesmo tempo – elas expandiram sua área de atuação e invadiram certos espaços restritos, nos sindicatos e prisões e também trouxeram para o âmbito do particular as preocupações com problemas mais sociais”. Rovai (2012, p. 50-51), porém, posiciona o estudo contra “a vitimização das mulheres ou de sua submissão ao mundo dos homens”, afirmando que “as narrativas de cada gênero caracterizaram-se menos pelo confronto, mais pela solidariedade, pelo destino em comum”.

Fazendo uso do conceito de “jogos de gênero” (Capdevilla, 2001 *apud* Rovai, 2012), previamente utilizado por Wolff (2005) e Duarte (2009), Rovai concluiu que a suposta “essência feminina” foi mobilizada pelas osasquenses em favor de sua atuação política contra os agentes da repressão, transformando-as em protagonistas da história: “mesmo com as casas vigiadas, elas criaram outra rotina: sem abandonar os filhos, cuidando da sobrevivência deles, fazendo a comida, construíram brechas para sair das residências, percorrer delegacias e enfrentar polícias e autoridades” (Rovai, 2012, p. 207).

O envolvimento nos acontecimentos da greve e seus desdobramentos, na perspectiva da autora, “promoveu gradativo empoderamento e autonomia feminina” (Rovai, 2012, p. 318).

O livro *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*, de autoria das psicólogas Ingrid Gianordoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria de Fátima Santos (2022), foi publicado nesse mesmo ano. Com foco na militância feminina no Espírito Santo, especificamente a partir das trajetórias de nove mulheres, as autoras analisam temas inéditos até o momento, como sexualidade e maternidade na clandestinidade, uso da violência por mulheres, sobrevivência em contexto envolto de morte, etc. Mobilizando as ferramentas metodológicas e conceituais dos campos de estudos de gênero e memória, e seguindo a vertente inaugurada por Colling (1997), as pesquisadoras analisam as vivências militantes tanto dentro dos grupos de resistência quanto perante os órgãos de segurança da ditadura. Não obstante seja um estudo psicológico, teve grande impacto na historiografia.

No mesmo período, foi defendida a tese da historiadora Andréa Bandeira, “Resistência cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960”, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – primeiro trabalho sobre o tema encontrado defendido em universidade fora do eixo Sudeste-Sul. Através da análise de documentos dos arquivos da repressão, arquivos pessoais e entrevistas concedidas a outros pesquisadores, a autora busca examinar as trajetórias políticas de militantes de direita e esquerda em Recife (PE), após o Golpe de 1964. A capital pernambucana, de acordo com Bandeira, “despontara no cenário nacional como a cidade que refletia o avanço das oposições: o governador e ex-prefeito [Miguel Arraes, antes do golpe] era considerado representante das esquerdas, acusado por seus adversários de ser comunista”, que representava “a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência” (Bandeira, 2012, p. 99).

Estudando trajetórias individuais de militantes que atuaram na cidade, a autora concluiu que o engajamento feminino foi diversificado, desde organizações de esquerda até movimentos populares e religiosos. Bandeira ressalta, em consonância com a historiografia precedente, que a militância de mulheres não se deu inicialmente em prol de pautas pela libertação feminina, mas sim a favor da luta de classes. Ademais, a autora encerra afirmando que “a ausência das mulheres na história resulta mais no *imaginarium* de sua apatia política do que na sua não participação efetiva, cotidiana na vida pública do país” (Bandeira, 2012, p. 192).

Ainda na década de 2010, outros trabalhos se propuseram a refletir sobre a atuação política de mulheres contra a ditadura, do ponto de vista local. Alguns exemplos são: “‘Memórias do sótão’: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)”, de Carla Cristina Conradi (2015, UFPR); “Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba”, de Susel Oliveira da Rosa (2015); “Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer que não falei das flores”, de Maria José de Carvalho (2017, UFPE); “O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)”, de Carlos Alberto Diniz (2018, UNESP); e “A atuação das mulheres no movimento estudantil secundarista fortalezense na luta contra a ditadura militar (1964-1972)”, de Athaysi Gomes (2019, UECE).

Em 2015, foi publicado o artigo “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, de autoria de Maria Amélia de Almeida Teles, feminista e ex-militante, durante a ditadura, do PCB, e, posteriormente, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Apesar de não ser formalmente ligada à academia, a obra de Teles é muito referenciada em estudos científicos sobre o tema. O texto se propõe a compreender o “*modus operandi* do sistema repressivo que atuou de forma misógina, utilizou-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política” (Teles, 2015, p. 1002). Integrante da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e depoente da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a autora menciona a entrega do Relatório da CNV à então presidenta Dilma Rousseff no ano anterior como importante ato para apurar as violências perpetradas contra mulheres.

De acordo com a autora, embora a tortura fosse parte da estratégia política de repressão de Estado e tenha sido amplamente utilizada contra homens e mulheres, as últimas foram “submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos”. Teles observa a diferença no tratamento até em documentos escritos: “quando se referiam à mulher, usavam expressões como ‘ativa fanática em subversão’, ‘bom grau de inteligência’, ‘moça de muita valentia’. (...) A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam ‘superar os homens’” (Teles, 2015, p. 1011).

Inserindo-se na historiografia que tem a produção memorialística como fontes, em 2017, Raquel Caminha Rocha defendeu sua tese, “‘Apostávamos no amor’: gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976-2024)”, na Universidade Federal do Ceará (UFC). A autora teve como principal objetivo analisar as narrativas memoriais sobre a resistência à ditadura, “elaborada por e sobre” mulheres, desde meados da década de 1970 até meados da década de 2010, utilizando-se de diversos suportes: livros biográficos ou autobiográficos, audiovisuais etc.

Em diálogo com a linha historiográfica que explora as formas de recordar a ditadura e os usos desse passado (Reis, 2014; Rodeghero, 2014; Rollemberg, 2007; Schmidt, 2011 *apud* Rocha, 2017), a pesquisadora concluiu que os discursos memoriais variaram de acordo com seu presente de produção, influenciados por acontecimentos históricos contemporâneos ao momento da recordação. No entanto, Rocha (2017) identificou um fio que caracterizou todas as narrativas: a reafirmação do binarismo de gênero, dado que características socialmente associadas às mulheres – como sensibilidade e afetividade – são recuperadas em todos os suportes, sugerindo-se que esses temas são exclusivos do feminino.

Nessa mesma década, outros trabalhos se propuseram a analisar a produção memorialística sobre militantes mulheres: “Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/1971)”, de Julia Insuela (2011, UFF); “Memória(s) militante(s): narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)”, de Débora Ataíde Reis (2015, UFBA); “Testemunhos da ditadura: a construção da memória no livro *Memórias das Mulheres no Exílio*”, de Vanessa Calaça (2016, UFU); e “Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira”, de Juliana Nascimento (2019, UFF).

Em 2019, Isabel Leite publicou o capítulo “Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu (1971-1981)” no livro *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*, fruto de sua pesquisa pós-doutorado desenvolvida na UFF. Tendo como objeto a história da vida da militante da luta armada responsável por denunciar a existência da Casa da Morte de Petrópolis, com foco específico para os anos de 1971 e 1981, Leite (2019) apresenta Inês como uma importante figura de resistência à ditadura, sobrevivente de terríveis violações de direitos humanos, e destaca a crucialidade de seu testemunho e do “Relatório Inês” para a luta pela memória, verdade e justiça no Brasil.

No mesmo ano, a historiadora Tauana Silva defendeu sua tese, “Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)”, na Université de Rennes II, em co-tutela com a UFSC, o primeiro estudo com corte racial delimitado aqui encontrado. Os principais objetivos da tese foram “analisar um momento da estruturação da militância política das negras” e “contribuir para uma maior visibilidade das trajetórias histórico-políticas das negras” (Silva, 2019, p. 19-20). A autora aponta o silêncio da historiografia e produção científica sobre a participação de mulheres negras nas esquerdas e estabelece como um dos propósitos de seu trabalho compreender o motivo para essa ausência.

Silva se propôs a analisar as histórias de nove mulheres, ligadas ao PCB, PCdoB (e participantes da Guerrilha do Araguaia), entre outras organizações da nova esquerda, encontrando como denominador comum entre as trajetórias a “inserção nos espaços acadêmicos nos anos 1960-1970, no qual foi consolidada uma ação política nas organizações de esquerda opostas à ditadura” (Silva, 2019, p. 440).

Em contraste, muitas foram as dificuldades enfrentadas nesses meios, dado que “o trabalho intelectual não é naturalmente considerado uma atividade vinculada à comunidade negra”, tornando-as vítimas tanto do machismo quanto do racismo e, por vezes, classismo (Silva, 2019, p. 447).

A despeito disso, foi justamente no espaço escolar/universitário que as entrevistadas de Silva encontraram e aderiram às organizações de oposição. Esse engajamento tampouco se deu sem barreiras: considerando que os direitos das mulheres, como já visto na historiografia anterior, assim como as lutas antirracistas eram relegadas a segundo plano pelas esquerdas – sendo a pauta principal a luta pelo socialismo –, a autora demonstra que os preconceitos da sociedade exterior eram reproduzidos dentro dos movimentos. Por esse motivo, a elas eram atribuídas funções “mais monótonas”, como o trabalho doméstico e funções relativas a cuidado. Isso não impediu, por outro lado, que seus pensamentos e vivências “formulassem instrumentos capazes de contestar a visão de uma pretensa universalidade e, assim, anular a continuidade das manifestações permitidas e únicas” (Silva, 2019, p. 279).

Em 31 de outubro de 2010, Dilma Vana Rousseff foi eleita à Presidência do Brasil. Além de ser a primeira mulher a alcançar tal feito, tratou-se da eleição de uma ex-militante das esquerdas revolucionárias durante (e contra) a ditadura, que havia sido presa e torturada pelo governo autoritário. Mesmo que só tenha assumido o posto no ano seguinte, Rousseff já havia ocupado cargos de importância nacional na gestão anterior. No entanto, sobretudo durante a campanha eleitoral, discussões em torno de sua trajetória política na juventude ocuparam o debate público, dando destaque ao engajamento feminino e seus desdobramentos durante o regime ditatorial. Este debate foi apenas um dos elementos que parece ter influenciado as produções acadêmicas sobre o tema naquela década, certamente contribuindo para o expressivo crescimento de estudos.

Logo no primeiro ano de mandato, Rousseff sancionou a Lei nº 12.528, criadora da Comissão Nacional da Verdade, cujos trabalhos foram iniciados em 2012. Ainda que, como demonstra a historiografia, a memória hegemônica fosse *contrária* à ditadura até aquele momento – e, portanto, *favorável* às formas de resistência articuladas no período –, a conjuntura política da década de 2010 favoreceu a ascensão de discursos à direita, negacionistas ou saudosistas do regime autoritário, que questionavam a legitimidade da iniciativa (Napolitano, 2015; Nascimento, 2019). Estabeleceu-se uma batalha pela narrativa sobre o passado, acompanhada, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p. 61), de uma “febre comemorativa e da afirmação de vários grupos que reclamam o reconhecimento de suas representações e verdades. Por isso, tem se falado em abusos e tirania da Memória, vista como uma ameaça ao predomínio da historiografia como representação do passado”.

Possivelmente por este motivo que, durante o início da década, tenham se observado produções que seguiam tratando as memórias como fonte – como em Insuela (2011) e Back (2011) – e outros que, em certa medida, incorporaram-nas como verdade – como Ribeiro (2011) e Rovai (2012). Esses últimos estudos evitaram abordagens críticas da perspectiva de gênero – como as desenvolvidas anteriormente na historiografia –, que analisassem as relações entre as esquerdas e a sociedade patriarcal da qual faziam parte e com a qual interagiam. Em vez disso, concentraram-se em apenas dar visibilidade às trajetórias femininas, pela ótica do “empoderamento”, sem problematizar eventuais mecanismos de subordinação que poderiam retirar a legitimidade da memória da trajetória da “resistência”.

Ao mesmo tempo, é fundamental considerar um fator crucial para compreender a multiplicação dos estudos e a diversificação de suas temáticas: as políticas de acesso ao ensino superior implementadas nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva. Medidas como a adoção do sistema de cotas, o incentivo à criação e expansão de instituições de ensino públicas (majoritariamente federais) e a ampliação do financiamento estudantil universitário aumentaram significativamente o ingresso no meio acadêmico, possibilitando a produção de pesquisas em e sobre regiões além do eixo Sudeste-Sul, predominante nas décadas anteriores – a despeito de não serem suficientes para colocar em xeque sua inegável hegemonia.

As consequências parecem ter sido sobretudo o questionamento do sujeito “mulher militante” universal presente nas pesquisas até o momento, reivindicando a ideia de que as experiências femininas nas esquerdas durante a ditadura variaram de acordo com raça, classe, sexualidade e local de atuação.

Em dezembro de 2015, foi aberto o processo de impeachment da presidenta Rousseff, concluído em agosto do ano seguinte. O período foi permeado pelas disputas pela narrativa memorial sobre a ditadura, como a fala do então deputado Jair Bolsonaro, que justificou seu voto a favor do impedimento demarcando duas supostas derrotas do comunismo: a primeira, em 1964, com o golpe civil-militar, e a segunda, em 2016, com o processo de derrubada da presidenta. Além disso, prestou homenagem à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), notório torturador e responsável pela morte de inúmeros militantes durante a ditadura.

Em 2018, Bolsonaro foi eleito à presidência, demonstrando o eco que suas falas saudosistas e conservadoras haviam encontrado entre parcelas da sociedade brasileira – o que afetara os estudos desenvolvidos e concluídos na década seguinte.

Década de 2020: novas tendências

Em 2020, primeiro ano da nova década, o historiador Ary Cavalcanti Jr. defendeu sua tese, “As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a ditadura militar”, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFDG). Apesar de não se definir como um trabalho biográfico explicitamente, o objetivo da tese foi “analisar as trajetórias das guerrilheiras baianas Dinaelza Santana e Dinalva Oliveira, pertencentes ao quadro partidário do PCdoB no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia”. Cavalcanti Jr. (2020, p. 16) aponta que, embora mulheres militantes estejam sendo objeto da historiografia de forma considerável, há um “esquecimento” daquelas que atuaram no Araguaia.

As fontes analisadas são majoritariamente orais, mas englobam também documentos da repressão e da CNV; literatura memorialística; e documentos pessoais, como cartas e fotografias. Os principais conceitos mobilizados são gênero, memória e as contribuições foucaultianas sobre relações de poder. Em diálogo sobretudo com Colling (1997) e Ribeiro (2018) e com os próprios relatórios da CNV, o autor conclui o estudo demonstrando que a análise da perspectiva individual permite compreender que “apesar de diferenças em suas trajetórias, o destino e a militância política as colocaram frente a desafios comuns, tanto o político quanto o normativo” (Cavalcanti Jr., 2020, p. 180). Após refletir sobre as trajetórias, o autor aponta que escrever sobre elas foi uma forma de rememorar suas trajetórias e “combater seus apagamentos da operação historiográfica, que, ora colocadas como subalternizadas, aqui se apresentam como entes ativas” (Cavalcanti Jr., 2020, p. 184).

A década foi marcada também pelo aumento de estudos focados nas violações de direitos humanos perpetradas às mulheres pela ditadura. Em 2021, Marina Oliveira defendeu sua dissertação, “O ‘comportamento inadequado’: uma análise sobre as internações psiquiátricas de presas políticas no Brasil na década de 1970”, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Inserida no campo da História das Ciências, a pesquisa teve como objetivo examinar o “discurso médico-psiquiátrico sobre as mulheres militantes políticas” durante a ditadura, especificamente os primeiros anos da década de 1970, através da análise dos casos de 11 presas. As fontes utilizadas foram laudos médico-psiquiátricos, retirados de processos do Projeto BNM. Oliveira demonstra que a psiquiatria foi utilizada, durante a ditadura, como instrumento de poder e controle social, com os discursos médicos refletindo valores e normas patriarcais da sociedade da época: “os diagnósticos carimbaram nas mulheres militantes o estigma da loucura” (Oliveira, 2021, p. 215).

Outras pesquisas já dessa década atestam a tendência nessa área de estudos, com foco nas experiências femininas no encarceramento: “‘Uma estação no círculo do inferno’: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979)”, de Ayssa Norek (2020, PUC-Rio); “Memórias do cárcere na Torre das Donzelas: gênero e emoções em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira”, de Lara Zacchi (2021, UDESC); “Assim sobrevivemos: narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes (1969-1976)”, de Letícia Viana de Moraes (2022, USP); e “‘O depósito das mulheres que incomodam’: encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a ditadura civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1964-1979)”, de Maria Eduarda Magro (2024, UFGRS).

Também em 2021 foi publicado o livro *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*, organizado por Cristina Wolff, com capítulos de autoria de integrantes do LEGH-UFSC que analisavam a militância política feminina durante os regimes autoritários da perspectiva da História das Emoções, nova tendência na historiografia. Além de textos de pesquisadoras que já foram citadas aqui – como Gomes e Zacchi –, a obra conta com um capítulo teórico-metodológico de autoria de Wolff (*apud* Wolff, 2021), intitulado “Gênero, emoções e afetos na política”, no qual defende que os afetos são parte da experiência humana, inclusive política, e por isso devem ser considerados nos estudos históricos.

No ano seguinte, Rana Itaborahy defendeu sua dissertação, “Justiça militar e julgamento de mulheres nos ‘anos de chumbo’ (1969-1974)”, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo objetivo foi analisar como o órgão máximo da Justiça Militar, o Superior Tribunal Militar (STM), atuou com as mulheres processadas por crimes políticos durante a ditadura. Examinando os acórdãos e em diálogo sobretudo com Colling (1997), Itaborahy (2022, p. 129) concluiu que o STM e seus ministros “utilizaram de estereótipos vinculados a papéis de gênero pré-definidos e mobilizaram um ideal de feminilidade para julgar rés incursas nas leis de segurança nacional”. De acordo com ela, “o tribunal incorporou valores morais que vinham sendo construídos pelo Estado ditatorial e pelos espaços de produção do conhecimento que o apoiavam”, como a “valorização” e “preservação” da família, o que pode ter sido fator gerador de “um claro incômodo dos STM com relação à conduta dessas mulheres” (Itaborahy, 2022, p. 130-131).

Também tendo como fonte processos do STM, em 2024, Flávia Martins concluiu seu mestrado com a dissertação “Entre silêncios e performances: as experiências femininas na Justiça Militar (1965-1979)”, na PUC-Rio. Complementando o estudo de Itaborahy, Martins busca compreender as narrativas de gênero mobilizadas pelo Foro Castrense, mas também investigar como advogadas, indiciadas e rés utilizaram, em suas defesas, a própria “gramática moral e social de gênero vigente da ditadura”. A pesquisa demonstrou, então, como as normas de gênero foram tanto um instrumento de controle quanto uma possível ferramenta de agência e autopreservação para as mulheres envolvidas com a Justiça Militar naquele período (Martins, 2024).

Ainda em 2022, as historiadoras Luísa Briggmann e Cristina Wolff (2022) publicaram o artigo “‘A loura dos assaltos’: discursos sobre mulheres militantes no jornal Correio de Povo (1968-1975)”, no qual analisam os discursos produzidos e difundidos no jornal gaúcho sobre as mulheres que atuaram em grupos clandestinos de esquerda contra a ditadura brasileira. As autoras observaram que o periódico utilizava termos como “subversiva” e “terrorista” para se referir às militantes, além de frequentemente privilegiar características físicas e adjetivos para sua descrição. Briggmann e Wolff (2022) apontam que o jornal, com narrativa desmoralizante, alertava os jovens a não se deixarem seduzir por essas mulheres, retratando-as como abandonadas e usadas sexualmente.

Em 2023, duas teses biográficas de militantes foram defendidas na UFF. Em “Além da ‘musa da esquerda’: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971)”, Juliana Nascimento propõe o estudo da trajetória da militante assassinada pela ditadura, cuja figura é frequentemente idealizada

e foi mobilizada em diversos dos trabalhos aqui citados. Com base nas perspectivas de gênero e da história do cotidiano, Nascimento (2023) desconstrói a imagem de Iara Iavelberg como mera “musa da esquerda”, revelando sua atuação ativa, convicções políticas e complexidade como sujeito histórico. A autora evidencia como a sensação de “inadequação” permeou sua trajetória, ao passo que a biografada desafiava estereótipos e expectativas de gênero. Diante dessas tensões, Iara mobilizou distintas estratégias – da transgressão à autocrítica – para afirmar-se e negociar sua identidade, transitando entre a vida acadêmica, o movimento estudantil, a militância política e a luta armada.

Já Higor Codarin, em “Revolucionar a vida, reconstruir o mundo: uma biografia histórica de Vera Sílvia Magalhães”, define sua biografada como um “caso-limite” para investigar em detalhe a formação, a vivência e as contradições da Geração de 1968. A singularidade da trajetória de Vera Sílvia, suas escolhas e as determinações que a moldaram, oferecem uma lente através da qual Codarin (2023) busca compreender as complexas relações entre indivíduo e sociedade, as questões de gênero na militância e a própria constituição da subjetividade revolucionária.

Não obstante estejamos somente na metade da década de 2020, podem-se identificar alguns elementos que provavelmente exerceram influência nas escolhas temáticas das pesquisas concluídas, além de possíveis tendências para os próximos anos.

Uma dessas tendências parece ser o estudo focado em trajetórias individuais, já observado no fim da década anterior, com a pesquisa de Leite (2019) sobre Inês Etienne, e seguido mais recentemente por Izabel Pimentel, com pesquisa em andamento sobre a militante Jessie Jane Vieira de Sousa (Silva; Nascimento, 2025). Na década atual, as pesquisas de Cavalcanti Jr. (2020), Nascimento (2023) e Codarin (2023) demonstram que – além de serem resultado da reabilitação do gênero biográfico pela historiografia (Burdíel, 2014) – as biografadas selecionadas foram, geralmente, vítimas (fatais ou não) do terrorismo de Estado implementado durante a ditadura. Dessa forma, esses estudos puderam ter como fonte e embasamento os dados sobre violações dos direitos humanos no período trazidos à luz pela CNV.

A violência política e de gênero tem se consolidado como um eixo central de análise, refletindo tendências recentes da historiografia. Chama a atenção o número crescente de pesquisas voltadas à experiência feminina nas prisões, com destaque para o Presídio Tiradentes, em São Paulo – onde Dilma Rousseff esteve encarcerada. Estudos como os de Norek (2020), Zacchi (2021) e Moraes (2022) demonstram essa ênfase, evidenciando a influência da figura da ex-presidenta como militante e, ao mesmo tempo, vítima e sobrevivente das políticas de tortura e encarceramento.

Paralelamente, ganham relevância pesquisas que analisam a repressão a partir de fontes além dos relatos orais. Trabalhos como os de Oliveira (2021), Itaborahy (2022) e Martins (2024) utilizam acervos digitalizados na década anterior – como o próprio BNM – e documentos obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (2011), incluindo os processos completos do Superior Tribunal Militar. O foco na violência estatal repressiva e o predomínio de fontes acessíveis remotamente dialogam com desafios contemporâneos, como o contexto da pandemia de COVID-19 e a postura do governo de Bolsonaro diante da crise sanitária. A alta mortalidade, aliada ao negacionismo em relação tanto ao vírus quanto à própria ditadura passada, parece ter reforçado a urgência dessas investigações e sua conexão com o presente.

Considerações finais

Nas últimas três décadas e meia, os estudos sobre a militância feminina de esquerda durante a ditadura civil-militar brasileira passaram por um processo de ampliação e aprofundamento significativo. Se nos anos 1990 as pesquisas se concentravam na recuperação da memória e na visibilidade das

mulheres militantes, na segunda metade dos anos 2000 consolidou-se o uso do gênero como categoria analítica e a diversificação das fontes. A década de 2010 expandiu ainda mais esse campo, dando ênfase crescente à interseccionalidade, impulsionada pelo contexto político e pelas disputas de memória, enquanto, nos anos 2020, o foco parece estar no estudo das trajetórias individuais, da violência estatal e no acesso ampliado a documentos escritos.

Outro ponto a se considerar é o impacto do contexto político na produção historiográfica. A ascensão de discursos negacionistas parece ter sido respondida com estudos que não apenas aprofundaram a análise da militância feminina, mas também tensionaram as disputas pela memória da ditadura. O fortalecimento da pesquisa em novas perspectivas, incluindo recortes regionais, raciais e de classe – diversificação, todavia, não consolidada – se mostra como um caminho promissor para superar lacunas existentes no campo.

Nesse ponto, ressalta-se a forte concentração de trabalhos feitos em instituições de ensino do Sudeste e Sul, a despeito de políticas de ampliação do acesso estudantil em universidades de outras regiões do país, que já provocou alguns avanços. Destaca-se também a quantidade insuficiente de estudos que incluam raça em seus critérios de análise – possivelmente calcada na ideia (já questionada pela historiografia sobre o tema) de que a atuação política no período se deu exclusivamente por integrantes das classes altas –, lacuna que começou a ser preenchida apenas na última década.

Apesar desses avanços, algumas questões permanecem. Muitos estudos utilizam metodologias e fontes semelhantes, como a história oral, o que pode levar à repetição de abordagens e interpretações. A ênfase na memória, embora essencial, deve ser constantemente problematizada, diferenciando o uso do testemunho como fonte do testemunho como narrativa histórica, conforme apontado por Beatriz Sarlo (2007).

Outra questão relevante diz respeito ao alcance dessas pesquisas dentro da historiografia mais ampla. Se, na década de 1990, Marco Aurélio Garcia (1997) alertava para o risco de um campo fechado de história das mulheres – descrito como uma “ação afirmativa no plano da teoria” –, hoje o desafio parece ser o oposto: garantir que a historiografia “geral” sobre a ditadura e as esquerdas assimile as contribuições da perspectiva de gênero. Apesar dos avanços, há resistências, sobretudo associadas à acusação de se tratar de uma “‘história militante’, portanto, não ‘científica’, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade” (Pedro, 2011, p. 270).

Em suma, a historiografia sobre mulheres, política e ditadura no Brasil avançou de forma expressiva, tornando-se um campo consolidado, mas em constante transformação. Os estudos mais recentes superaram a fase inicial (e legítima) de “tornar visível o que estava escondido” (Perrot, 1995, p. 21), incorporando análises que tensionam narrativas hegemônicas, questionam hierarquias e ampliam o debate sobre mulheres, feminilidades e gênero. A ampliação das fontes, o refinamento das abordagens metodológicas e o diálogo com debates contemporâneos serão determinantes para os rumos futuros da área. Espera-se que esse texto contribua para que se estabeleça um memorial do campo e, além disso, para a reflexão de temas ainda não abordados, uma vez que, conforme Elizabeth Jelin (2017, p. 50), “em campos intelectuais onde não existe uma longa tradição, esses exercícios também servem para evidenciar lacunas e vazios, ao comparar o que foi feito com outros lugares, outras tradições, outros protagonistas”.

Referências

- BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP. *Perseu*, São Paulo, n. 7, ano 5, 2011.
- BANDEIRA, Andréa. *Resistência cor-de-rosa choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BASTOS, Natalia S. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda (Brasil – anos 1960-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. “A loura dos assaltos”: discursos sobre mulheres militantes no jornal *Correio do Povo* (1968-1975). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 26, n. 2, 2022.
- BRIGGMANN, Luísa Dornelles. *Amores revolucionários: relações afetivas na resistência à ditadura brasileira (1964-1985)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- BURDIEL, Isabel. Historia política y biografía: más allá de las fronteras. *Ayer*, Valencia, v. 93, n. 1, 2014.
- CALAÇA, Vanessa Maria Pereira. *Testemunhos da ditadura: a construção da memória no livro Memórias das Mulheres no Exílio*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- CARVALHO, Maria José de. *Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer que não falei das flores*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- CAVALCANTI JR., Ary Albuquerque. As mulheres na ditadura Civil-Militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. *Fronteiras*, Dourados, v. 20, n. 36, 2018.
- CAVALCANTI JR., Ary Albuquerque. “Sobre as mulheres, um silêncio que gritava”: duas décadas da primeira obra historiográfica sobre mulheres e ditadura militar no Brasil, entrevista com a professora Dra. Ana Maria Colling. *Em tempo de Histórias*, Brasília, n. 38, 2021.
- CAVALCANTI JR., Ary Albuquerque. *As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a ditadura militar*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.
- CODARIN, Higor. *Revolucionar a vida, reconstruir o mundo: uma biografia histórica de Vera Sílvia Magalhães*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2023.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- CONRADI, Carla. “*Memórias do sótão*”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. *O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009. Tese (Doutorado em História Cultura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FERREIRA, Elizabeth. *Mulheres, militância e memória*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- GARCIA, Marco Aurélio. Iara, história e cotidiano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 1, 1993.
- GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *cadernos pagu*, n. 8/9, Campinas, 1997.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- GOMES, Athaysi Colaço. *A atuação das mulheres no movimento estudantil secundarista fortalezense na luta contra a ditadura militar (1964-1968)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- INSUELA, Julia Biachi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil, 1968/1971)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

- ITABORAHY, Rana Carvalho. *Justiça Militar e julgamento de mulheres nos 'anos de chumbo' (1969-1974)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.
- JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.
- JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- LEITE, Isabel Cristina. Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu: 1971 e 1981. In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla (org.). *A República do Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.
- LIMA, Ruth Ribeiro. Mulher x luta armada: um tema à procura de pesquisadores. In: XX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, HISTÓRIA: FRONTEIRAS, 20, 2009, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: ANPUH, 1999.
- MAGRO, Maria Eduarda. *'O depósito das mulheres que incomodam': encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a ditadura civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1964-1979)*. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- MARTINS, Flávia Pereira. *Entre silêncios e performances: as experiências femininas na Justiça Militar (1965-1979)*. 2024. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- MASSERONI, Vinícius de Oliveira. *Vozes da revolução: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.
- MORAIS, Letícia Viana. *Assim sobrevivemos: narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes (1969-1976)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 9, n. 1, 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015.
- NOREK, Ayssa Yamaguti. *'Uma estação no círculo do inferno': gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Além da 'musa da esquerda': uma biografia histórica de Iara Lavelberg (1944-1971)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- OLIVEIRA, Marina Soares. *O 'comportamento inadequado': uma análise sobre as internações psiquiátricas de presas políticas no Brasil na década de 1970*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.
- PATARRA, Judith Liebllich. *Iara: reportagem biográfica*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 2011.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo Siqueira; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Editora da USC, 2004.

REIS, Débora Ataíde. *Memória(s) militante(s): narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, jul.-dez. 1990.

ROCHA, Raquel Caminha. *‘Apostávamos no amor’: gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976-2014)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ROSA, Susel Oliveira. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 20, n. 39, 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Izabel; NASCIMENTO, Juliana Marques do. Gênero, militância e repressão nas trajetórias de Iara Iavelberg e Jessie Jane Vieira de Souza durante a ditadura brasileira. In: BORGES, Elisa C.; SILVA, Angela M. D. *Os processos de ruptura e transições democráticas na América Latina*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Université Rennes 2, Rennes, 2019.

TEGA, Danielle. *Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. Le genre de la résistance: représentations de genre dans la lutte armée contre la dictature militaire au Brésil - 1968-1973. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, v. 55/56, 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, n. 2, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

ZACCHI, Lara. *Memórias do cárcere na Torre das Donzelas: gênero e emoções em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

Notas

¹Masseroni (2020) dedica um capítulo de sua dissertação à análise de gênero, porém com foco nas representações memoriais encontradas em fontes arquivísticas, sem abordar a especificamente a historiografia sobre a militância feminina no período.

²Há que se ressaltar que Garcia já estava atento às narrativas sobre a militância feminina de esquerda anos antes, quando, por ocasião do lançamento do livro *lara: uma reportagem biográfica* – biografia de lara lavelberg (1944-1971) de autoria da jornalista Judith Patarra (1992) –, publicou o artigo “lara, história e cotidiano”. De acordo com ele, a “narrativa constituiu-se em um impressionante mergulho na condição feminina, desde o cenário familiar até as sucessivas experiências de militância” (Garcia, 1993, p. 214). A obra biográfica, que foi um sucesso editorial, também foi citada por Ferreira (1997) e muitos dos outros trabalhos que serão analisados.

³Apesar do amplo campo historiográfico argentino nos estudos da memória, uma das teóricas mais influentes no campo de estudos de memória no Brasil é Beatriz Sarlo, não obstante seu enfoque no campo crítico literário e cultural, o que justifica sua citação nesse artigo.

⁴“O gênero da resistência: representações de gênero na luta armada contra a ditadura militar no Brasil – 1968-1973.”

⁵Tradução livre de: “*L’objectif est de montrer comment les rapports de genre structurent les attitudes des guérilleros et des guérilleras qui, apparemment, auraient été inspirés seulement par leur idéologie politique*”.

⁶Essa perspectiva foi aprofundada anos mais tarde, na tese “Amores revolucionários: relações afetivas na resistência à ditadura brasileira (1964-1985)”, de autoria da historiadora Luísa Briggmann (2023).

⁷No ano seguinte, as autoras, juntamente com Ana Maria Veiga, organizaram outro livro, *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras do Cone Sul*, para congregar as pesquisas de diversos níveis realizadas junto ao LEGH, enfatizando a perspectiva comparativa adotada pela maior parte dos trabalhos. Ver Pedro, Wolff e Veiga (2011). Ademais, em 2019, Wolff, em parceria com Jair Zandoná e Soraia Carolina de Mello, organizou o livro *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*.

Submetido em: 18/03/2025
Aceito em: 20/10/2025